



## Variações na taxa de câmbio e o poder norte-americano

O mundo vive hoje sob o padrão monetário internacional denominado dólar flexível. Sua característica mais relevante diante dos padrões monetários internacionais anteriores — o padrão ouro-libra e o padrão ouro-dólar — é a de não ser lastreado pelo ouro. Tal característica é importante, já que os dois últimos padrões citados se esgotaram justamente porque Inglaterra e EUA perderam suas condições materiais para lastrear suas moedas com ouro, incorrendo em déficits em transações correntes, sendo obrigados a desvalorizar suas moedas.

Em 1971, os EUA desobrigaram-se do que haviam assumido em Bretton Woods, em 1944. Assim, o padrão ouro-dólar chegou ao seu fim. Disso resultou uma situação onde imperavam a inflação crescente nos países desenvolvidos, os baixos níveis de expansão do Produto Interno Bruto e os intensos movimentos especulativos com as *commodities* (os choques do petróleo de 1973 e de 1979).

Em 1979, diante disso, seguiram-se elevações unilaterais das taxas norte-americanas de juros para patamares até então inéditos. Os Estados Unidos compreenderam, então, a força das elevações das taxas de juros norte-americanas para atrair capitais externos a partir da confiança emanada por sua dívida pública e, assim, valorizar o dólar. Compreenderam também que poderiam baixar as mesmas taxas e obter, com grande facilidade, a desvalorização de sua moeda.

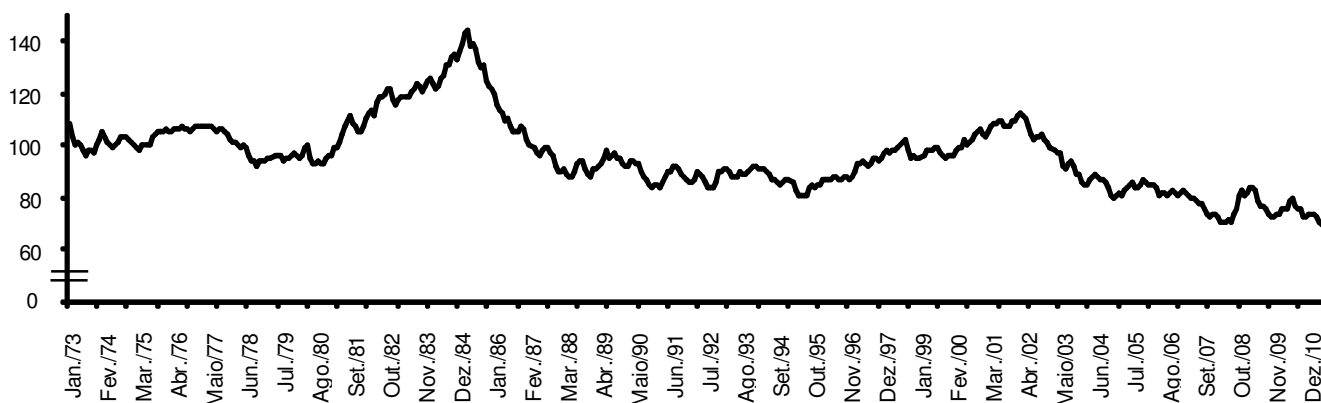
Estava criado o padrão dólar flexível. Com ele, já não teriam mais sentido as recomendações de os Estados Unidos não incorrerem em déficits correntes, que poderiam sugerir prejuízo na capacidade de lastreamento do dólar, já que isso passaria a ser feito não mais com ouro, mas com o próprio

dólar e com os títulos do Tesouro norte-americano, cuja emissão é controlada pelo Federal Reserve (FED). Além disso, não haveria mais problema em desvalorizar o dólar, em caso de queda na competitividade da economia dos EUA.

Como se verifica no gráfico, desde que se impôs o padrão dólar flexível, as cotações entre o dólar e seus principais parceiros comerciais foram manipuladas em favor das necessidades internas da economia norte-americana. Por vezes, seguiu-se no caminho da valorização do dólar, que objetivava impô-lo como a mais importante de todas as moedas. Por vezes, o dólar foi desvalorizado como forma de obter vantagens competitivas para a produção empreendida no território estadunidense. Assim, não deixa de ser irônica a torrente de reclamações dos diplomatas e economistas dos EUA quanto à “manipulação injusta” da moeda chinesa, a qual tem servido para a manutenção de um elevado crescimento da atividade econômica naquele país.

Atualmente, a necessidade de desvalorizar, em termos reais, as dívidas que pesam sobre os balanços do setor financeiro da economia e a fraca retomada da economia norte-americana têm servido como incentivo à emissão pura e simples, que vêm inundando o mercado mundial, reduzindo o valor real do dólar. Como contrapartida, o principal ativo no balanço do FED são títulos do Tesouro dos EUA, em montante que ultrapassa até mesmo as reservas chinesas em dólar. Como consequência, os preços dos diversos ativos financeiros têm-se mantido elevados, dando uma aparência de normalidade aos indicadores financeiros, embora a crise iniciada em 2007 ainda esteja longe de esgotar seus efeitos.

Índice da taxa de câmbio do dólar norte-americano — jan./73-dez./10



FONTE: Board of Governors of the Federal Reserve System.

NOTA: US\$/Cesta de Moedas, que inclui as moedas da Zona do Euro, do Canadá, do Japão, da Inglaterra, da Suíça, da Austrália e da Suécia; os índices têm como base mar./73 = 100.

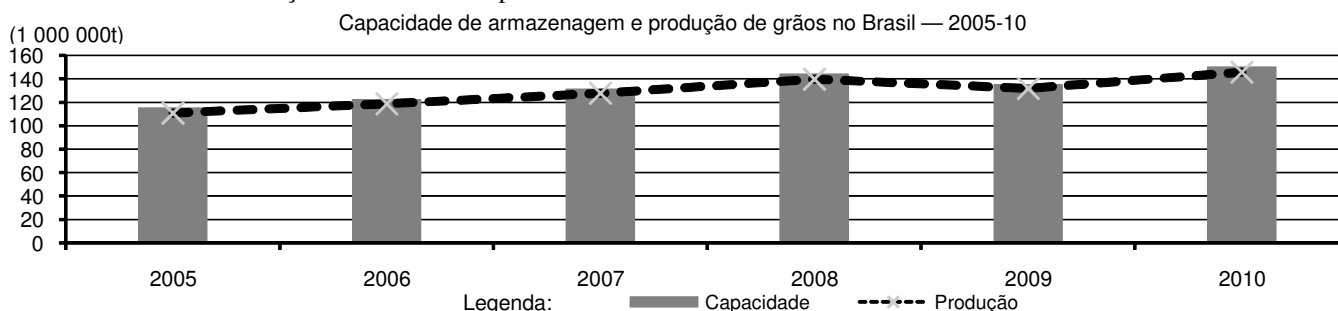
## Brasil alcança limite da capacidade de armazenagem

Nos últimos anos, o Brasil exibe colheitas cada vez mais abundantes. Os resultados recordes nas mais recentes safras de grãos vêm agravando as dificuldades de movimentação e armazenagem desses produtos. A falta e a inadequação de unidades armazenadoras têm provocado o aumento das perdas pós-colheitas. Isso pode induzir à queda nos preços recebidos pelo produtor, devido à necessidade de imediata comercialização, impedindo a obtenção de maiores ganhos com a entressafra.

No gráfico comparativo entre a produção e a capacidade estática de armazenagem no Brasil para as últimas seis safras de grãos (arroz, milho, feijão, soja, sorgo e trigo), os dados revelam uma tênue diferença entre os volumes produzidos e

a capacidade de estocagem, apontando um provável esgotamento da capacidade de armazenagem.

Outro fator não menos importante, dado o crescimento da produção de mercadorias não tradicionais (transgênicos ou novos grãos, como canola, milho, triticale), refere-se à necessidade imediata de separação e estocagem desses produtos em armazéns específicos, ainda não convenientemente construídos. Cabe lembrar que o Brasil ocupa o segundo lugar em área cultivada (25 milhões de hectares) com organismos geneticamente modificados, atrás somente dos EUA (67 milhões de hectares), segundo o Serviço Internacional Para Aquisição de Aplicações Agrobiotecnológicas (ISAAA).



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Conab.

NOTA: Para o ano de 2010, os dados são preliminares.

Elvin M. Fauth (FEE/CEES)

## Euforia na construção civil

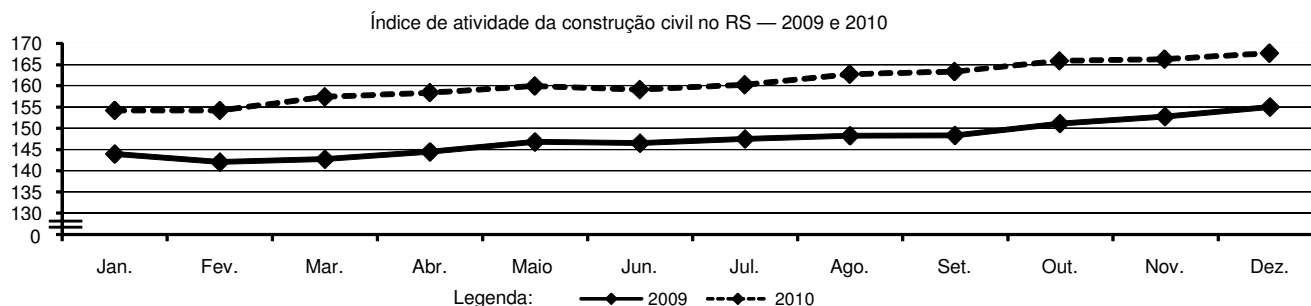
A expansão da indústria da construção civil no RS vem mantendo-se de forma bastante nítida. A abundância de financiamentos com prazos e juros atrativos e a ampliação das classes médias integradas ao mercado habitacional são os pilares desse novo cenário. O Programa Minha Casa Minha Vida, implementado a partir de 2009, tem sido decisivo nesse sentido. Seus recursos destinam-se a famílias com renda de até 10 salários mínimos, o que se reflete na predominância da comercialização de apartamentos de dois dormitórios.

Cabe salientar, ainda, como fator de expansão do setor, os investimentos do PAC, que dizem respeito a adequações e melhoramentos na infraestrutura do País. É sabido que as áreas de logística, transportes, energia e comunicações carecem de grandes investimentos, tanto no RS como em outros

estados, se mais não fosse, pelo menos por conta da Copa do Mundo de Futebol em 2014. No RS em particular, há que se salientar a importância das obras relacionadas ao polo naval de Rio Grande.

Assim, são muito alvissareiras as perspectivas da construção civil. Esse clima positivo, entretanto, poderá esbarrar no problema da carência de mão de obra qualificada, já identificada como uma das maiores preocupações dos empresários do setor.

Por outro lado, dado o ritmo intenso de crescimento das edificações nas médias e grandes cidades, é compreensível que a disponibilidade de terrenos diminua. Em consequência, é de se esperar uma elevação de preços dos imóveis de maior qualidade.



FONTE: Sinduscon-RS.

Áurea Breitbach (FEE/CEES)



Tenha acesso a esta e a outras  
publicações em  
nossa Home Page  
[www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)

Carta  
de  
Conjuntura FEE

**ECONOMIA BRASILEIRA**

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./00-abr./11

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IBGE)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Bacen)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa jun./1994 = 100)	Taxa de Variação (7)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (8)	
Dez./00	4,3	15,6	-	6,0	16,50	100,8	-8,1	128,3	0,2	46 304
Dez./01	1,3	15,6	10,6	7,7	19,00	117,0	24,1	130,7	25,7	52 846
Dez./02	2,7	16,2	10,5	12,5	22,00	158,0	10,5	122,4	20,3	69 901
Dez./03	1,1	14,9	10,9	9,3	17,50	133,8	3,6	126,4	21,9	70 802
Dez./04	5,7	15,5	9,6	7,6	17,25	127,4	-1,6	134,4	24,8	87 344
Dez./05	3,2	15,2	8,3	5,7	18,50	101,2	-18,5	135,5	21,3	98 306
Dez./06	4,0	15,8	8,4	3,1	13,25	99,9	-10,6	135,1	19,7	118 304
Dez./07	6,1	17,6	7,4	4,5	11,25	87,2	-7,2	141,0	21,8	143 642
Dez./08	5,2	18,4	6,8	5,9	13,75	106,4	-3,6	148,2	23,1	145 742
Abr./09	-	-	8,9	5,5	10,25	95,1	4,6	110,2	-0,9	132 422
Mai/09	-	-	8,8	5,2	10,25	89,7	6,1	114,8	4,2	134 772
Jun./09	0,5	16,2	8,1	4,8	9,25	87,1	7,5	112,3	-2,2	136 247
Jul./09	-	-	8,0	4,5	8,75	85,6	8,8	113,4	1,0	138 421
Ago./09	-	-	8,1	4,4	8,75	82,2	10,4	110,5	-2,6	138 717
Set./09	-1,7	17,9	7,7	4,3	8,75	81,7	10,3	110,3	-0,2	145 138
Out./09	-	-	7,5	4,2	8,75	78,7	6,8	111,2	0,8	145 571
Nov./09	-	-	7,4	4,2	8,75	78,7	3,3	122,7	10,3	148 649
Dez./09	-0,6	17,3	6,8	4,3	8,75	78,7	-1,1	145,3	18,2	167 400
Jan./10	-	-	7,2	4,6	8,75	79,1	-4,3	117,3	-19,3	165 388
Fev./10	-	-	7,4	4,8	8,75	80,4	-7,1	116,2	-0,9	161 879
Mar./10	2,2	18,2	7,6	5,2	8,75	77,9	-9,8	114,7	-1,3	158 721
Abr./10	-	-	7,3	5,3	9,50	76,5	-12,2	112,6	-1,8	160 329
Mai/10	-	-	7,5	5,2	9,50	76,5	-13,8	114,4	1,6	159 897
Jun./10	5,3	18,2	7,0	4,8	10,25	75,5	-15,3	116,0	1,4	162 051
Jul./10	-	-	6,9	4,6	10,75	75,3	-16,5	120,0	3,4	166 374
Ago./10	-	-	6,7	4,5	10,75	76,0	-17,2	114,5	-4,6	168 625
Set./10	7,5	19,4	6,2	4,7	10,75	74,4	-17,5	115,2	0,6	172 969
Out./10	-	-	6,1	5,2	10,75	74,1	-16,3	117,4	1,9	176 942
Nov./10	-	-	5,7	5,6	10,75	74,5	-15,0	128,0	9,0	177 834
Dez./10	7,5	18,0	5,3	5,9	11,25	72,6	-13,3	149,5	16,8	197 388
Jan./11	-	-	6,1	6,0	11,25	72,5	-12,2	122,5	-18,1	192 047
Fev./11	-	-	6,4	6,0	11,25	72,8	-11,4	120,6	-1,6	183 877
Mar./11	-	-	6,5	6,3	11,75	73,0	-10,2	118,8	-1,5	180 765
Abr./11	-	-	6,4	6,5	12,00	70,7	-9,1	-	-	-

(continua)

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Índice da Produção Física (base 2002 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE) (9)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produção física (7)	Produtividade física da indústria (8)		Exportações (7)	Importações (7)	Transações correntes (6)	Investimentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos (6)		
Dez./00	-3,56	48,8	92,66	6,6	-	82,7	14,7	13,8	-3,76	5,08	-1,33	33 011	236 156
Dez./01	-3,67	52,6	86,69	1,6	-10,7	80,2	5,7	0,1	-4,19	4,06	0,14	35 866	226 067
Dez./02	-3,96	55,5	93,75	2,7	-9,9	80,9	3,7	-15,4	-1,51	3,29	-1,78	37 823	227 689
Dez./03	-4,37	57,2	98,23	0,4	-6,9	81,9	21,1	2,3	0,75	1,83	-2,59	49 296	235 414
Dez./04	-4,59	51,7	106,41	8,3	-6,6	84,4	32,0	30,0	1,76	2,73	-4,49	52 935	220 182
Dez./05	-4,83	46,5	109,34	3,1	-5,1	83,7	22,6	17,2	1,58	1,71	-3,29	53 799	187 987
Dez./06	-3,88	44,0	109,65	2,8	-8,1	84,4	16,2	24,1	1,27	1,76	-3,03	85 839	199 372
Dez./07	-3,97	42,8	116,58	6,0	-8,4	86,7	16,8	32,1	0,11	2,53	-2,64	180 334	240 495
Dez./08	-3,68	38,5	99,40	3,1	-15,3	80,6	23,2	43,5	-1,71	2,73	-1,02	193 783	262 910
Abr./09	-2,55	41,4	106,45	-3,9	-3,9	77,6	13,0	19,5	-1,31	2,74	-1,42	190 546	262 113
Mai/09	-2,29	42,6	114,15	-5,0	6,4	78,7	5,1	10,7	-1,40	2,86	-1,46	195 264	264 694
Jun./09	-1,96	43,3	115,42	-6,5	1,4	79,0	-0,5	1,7	-1,27	2,81	-1,54	201 467	270 107
Jul./09	-1,70	44,0	122,93	-8,1	6,0	79,8	-7,3	-6,4	-1,23	2,68	-1,45	207 363	270 107
Ago./09	-1,54	44,0	125,56	-8,8	1,6	81,6	-12,7	-14,0	-1,21	2,48	-1,27	215 744	277 205
Set./09	-1,13	43,5	125,89	-10,2	-0,9	82,8	-18,5	-20,2	-1,17	2,14	-0,97	221 629	282 107
Out./09	-0,97	43,4	134,02	-10,6	4,6	83,7	-21,9	-25,2	-1,27	1,95	-0,69	231 123	278 426
Nov./09	-1,41	43,1	128,60	-9,7	-4,0	84,5	-23,2	-26,3	-1,39	1,87	-0,48	236 660	283 644
Dez./09	-2,05	42,8	118,28	-7,4	-5,9	84,2	-22,7	-26,2	-1,52	1,62	-0,10	238 520	277 563
Jan./10	-2,31	41,6	113,77	-5,0	-2,4	82,1	-20,5	-24,7	-1,52	1,48	0,05	240 484	279 083
Fev./10	-2,20	42,1	112,24	-2,6	-0,9	83,1	-17,8	-20,4	-1,61	1,47	0,14	241 082	281 728
Mar./10	-1,92	42,0	133,46	-0,3	14,5	83,5	-15,4	-16,6	-1,73	1,44	0,29	243 762	293 005
Abr./10	-2,14	41,8	124,88	2,3	-6,7	84,5	-13,1	-11,5	-1,91	1,32	0,59	247 292	290 690
Mai/10	-2,16	41,4	131,05	4,5	3,0	84,6	-6,5	-5,0	-1,87	1,34	0,53	249 846	299 291
Jun./10	-2,06	41,1	128,15	6,5	-2,0	85,1	-2,8	2,1	-2,05	1,27	0,78	253 114	309 566
Jul./10	-2,01	41,4	133,66	8,3	4,0	85,0	2,8	9,8	-2,15	1,31	0,84	257 299	316 688
Ago./10	-1,98	41,8	136,40	9,8	0,9	85,4	9,8	19,5	-2,23	1,32	0,91	261 320	318 613
Set./10	-2,90	40,3	134,31	11,3	-1,7	85,9	17,1	27,7	-2,29	1,49	0,81	275 206	333 199
Out./10	-2,75	40,0	136,58	11,8	0,8	86,4	23,3	35,1	-2,32	1,73	0,59	284 930	343 784
Nov./10	-2,49	39,8	135,50	11,8	-0,4	86,1	28,3	40,5	-2,38	1,83	0,56	285 461	338 155
Dez./10	-2,77	40,2	121,23	10,5	-8,3	85,3	32,0	42,2	-2,27	2,32	-0,05	288 575	351 941
Jan./11	-2,79	39,8	116,62	9,4	-1,8	83,1	33,2	43,5	-2,32	2,40	-0,08	297 696	357 174
Fev./11	-2,89	39,9	120,39	8,7	3,5	83,7	33,9	42,0	-2,31	2,61	-0,29	307 516	369 816
Mar./11	-3,23	39,9	130,61	6,8	5,9	83,5	32,8	38,8	-2,33	2,81	-0,48	317 146	378 740
Abr./11	-	-	-	-	-	84,0	33,6	36,8	-2,25	2,93	-0,68	328 062	385 224

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual acumulada em quatro trimestres. (2) Taxa de investimento acumulada em quatro trimestres. Quociente entre a Formação Bruta de Capital Fixo e o PIB, ambos a preços correntes. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior. (5) R\$/cesta de 15 moedas: EUA, Japão, Argentina, China, Países Baixos, Alemanha, México, Itália, Chile, Rússia, Reino Unido, França, Bélgica, Espanha, Coreia do Sul. (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual acumulada em 12 meses. (8) Variação percentual em relação ao mês anterior. (9) Taxa mensal.

## Carta de Conjuntura - Ano 20 nº 6

### ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — dez./08-abr./11

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS (2)	
		Base Fixa (5)	Mês (6)	Acumulado no Ano (7)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IPC (IEPE)	IPCA POA (IBGE)
Dez./08	2,7	81,68	82,90	102,35	508,2	368,8	131,1	1 165,8	98,18	98,33
Jan./09	-	81,61	79,33	79,33	651,5	304,8	194,6	1 314,0	98,69	98,57
Fev./09	-	84,17	79,51	79,42	531,3	264,6	129,3	1 084,4	99,27	98,95
Mar./09	-	101,90	90,02	83,15	513,9	276,8	132,5	1 081,7	99,61	99,10
Abr./09	-	104,50	86,42	84,04	666,3	303,1	119,0	1 246,4	100,00	100,00
Mai/09	-	105,32	91,89	85,66	631,7	284,8	137,8	1 214,6	100,44	100,65
Jun./09	-	104,70	90,50	86,49	554,0	287,5	156,6	1 156,8	100,86	100,78
Jul./09	-	110,02	92,35	87,37	552,8	283,0	149,5	1 139,1	100,83	100,90
Ago./09	-	108,30	94,28	88,25	585,2	295,7	148,0	1 182,5	100,51	100,93
Set./09	-	105,30	90,67	88,52	588,3	293,8	156,1	1 200,3	100,86	101,19
Out./09	-	111,67	94,33	89,12	638,2	300,7	129,5	1 232,1	101,90	101,34
Nov./09	-	108,03	108,93	90,71	710,8	319,9	142,4	1 326,3	101,58	101,94
Dez./09	-0,8	102,25	125,18	92,84	686,4	323,5	133,2	1 353,5	101,06	101,97
Jan./10	-	97,73	119,76	119,76	770,3	356,8	185,6	1 487,6	101,58	102,54
Fev./10	-	93,34	110,89	115,25	598,5	269,2	118,0	1 096,3	102,41	103,29
Mar./10	-	118,16	115,96	115,52	616,6	381,7	138,3	1 359,6	103,62	104,12
Abr./10	-	113,37	108,49	113,55	810,1	379,8	135,2	1 477,6	104,28	104,70
Mai/10	-	111,61	105,97	111,88	747,1	350,0	145,1	1 396,1	104,57	104,77
Jun./10	-	112,66	107,60	111,11	681,1	333,8	158,7	1 343,4	104,29	104,61
Jul./10	-	119,59	108,70	110,72	713,3	350,0	157,4	1 388,5	104,78	104,80
Ago./10	-	114,06	105,32	109,99	759,8	366,9	172,6	1 515,7	104,96	105,05
Set./10	-	105,11	99,82	108,81	753,9	358,8	163,4	1 457,5	105,19	105,25
Out./10	-	107,72	96,46	107,46	760,8	355,9	147,5	1 423,4	105,99	105,91
Nov./10	-	116,04	107,42	107,45	786,6	398,5	153,6	1 508,2	106,49	106,61
Dez./10	7,8	101,68	99,45	106,79	877,8	339,2	156,4	1 551,1	107,04	107,21
Jan./11	-	94,11	96,30	96,30	838,2	363,0	229,9	1 611,1	107,80	107,71
Fev./11	-	100,59	107,77	101,90	688,7	368,5	149,9	1 378,3	108,71	108,61
Mar./11	-	119,18	100,86	101,51	714,7	371,2	135,0	1 397,4	109,65	109,42
Abr./11	-	-	-	-	836,2	439,7	140,1	1 585,6	111,36	110,56

(continua)

## ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — dez./08-abr./11

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (3)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (4) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (1 000 US\$ FOB)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (8)	Assalariados (9)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Dez./08	-27 678	7,4	9,8	1 294	1 290	504 271	1 821 798	1 211 405
Jan./09	2 798	7,6	10,0	1 306	1 288	370 254	1 838 172	704 515
Fev./09	747	7,8	10,4	1 329	1 313	451 763	1 869 565	876 189
Mar./09	4 734	9,0	11,7	1 339	1 338	484 699	1 925 556	883 952
Abr./09	2 935	9,7	12,1	1 320	1 334	518 975	1 878 610	1 057 070
Mai/09	-4 076	10,1	12,6	1 297	1 310	516 215	1 733 588	1 302 929
Jun./09	-1 394	9,5	12,0	1 323	1 311	521 982	1 691 489	1 879 368
Jul./09	-481	9,2	12,0	1 338	1 331	523 211	1 715 453	1 506 217
Ago./09	10 983	8,8	11,6	1 348	1 325	535 211	1 732 263	1 423 938
Set./09	14 385	8,4	11,3	1 333	1 330	537 056	1 706 000	1 405 196
Out./09	19 596	8,1	10,4	1 363	1 350	545 937	1 709 505	1 432 869
Nov./09	25 723	7,9	10,0	1 335	1 331	531 690	1 751 336	932 123
Dez./09	-11 724	7,4	9,4	1 350	1 354	563 694	1 877 984	1 831 696
Jan./10	18 877	7,3	9,7	1 321	1 317	461 302	1 959 713	838 307
Fev./10	19 718	7,3	9,6	1 356	1 340	538 312	2 034 351	875 005
Mar./10	28 254	7,7	9,8	1 365	1 335	569 857	2 089 614	1 013 270
Abr./10	20 429	7,8	9,6	1 361	1 335	582 585	1 963 257	1 352 478
Mai/10	9 511	7,7	9,6	1 348	1 332	585 325	1 824 913	1 570 957
Jun./10	7 865	7,5	9,5	1 360	1 336	586 363	1 801 932	1 490 528
Jul./10	9 669	7,1	8,9	1 384	1 361	585 557	1 835 915	1 574 764
Ago./10	15 675	7,1	8,7	1 405	1 390	575 378	1 826 812	1 374 519
Set./10	11 139	7,0	8,5	1 403	1 384	539 893	1 736 628	1 438 940
Out./10	18 592	6,8	8,2	1 396	1 374	543 036	1 741 257	1 425 566
Nov./10	21 729	6,2	7,7	1 405	1 366	537 905	1 798 455	1 152 517
Dez./10	-18 194	5,8	7,2	1 398	1 379	556 109	2 027 242	1 275 596
Jan./11	17 232	5,9	7,3	1 417	1 397	454 149	2 127 375	1 122 210
Fev./11	20 380	6,1	7,3	1 400	1 394	522 871	2 165 405	1 166 522
Mar./11	19 472	6,3	7,4	1 395	1 367	557 319	2 093 523	1 512 864
Abr./11	16 997	6,4	7,4	-	-	-	-	1 458 972

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. IEPE. Sinduscon. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Base: abr./09 = 100. (3) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de mar./11. (4) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (5) Base: média de 2002 = 100. (6) Base: igual mês do ano anterior = 100. (7) Base: igual período do ano anterior = 100. (8) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (9) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

## Carta de Conjuntura - Ano 20 nº 6

### A expansão do Programa Bolsa Família no RS

Desde sua criação em 2004, o Programa Bolsa Família (PBF), principal programa de transferência de renda do Governo Federal, vem ampliando o número de seus beneficiários, tem cumprido com o seu objetivo de reduzir as vulnerabilidades associadas à situação de pobreza e tem contribuído para a redução das desigualdades sociais. O PBF é destinado às famílias com renda *per capita* mensal de até R\$ 140,00 que estão cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Essas recebem benefícios (reajustados em abril deste ano) que variam de R\$ 32,00 a R\$ 242,00, de acordo com a existência de gestante, nutriz, crianças e adolescentes entre 16 e 17 anos de idade.

O recebimento do benefício está sujeito ao cumprimento de condicionalidades na área de educação (frequência escolar) e saúde (vacinas e pré-natal), tendo como objetivo ampliar

o acesso dos cidadãos aos seus direitos básicos nessas áreas.

No RS, o número de famílias beneficiárias subiu de 291.000 em 2004 para 445.000 em 2011 (até março). Em termos relativos, houve uma pequena queda da participação do Estado no total do País. O volume de recursos transferidos pelo PBF às famílias gaúchas aumentou de R\$ 376 milhões em 2004 para R\$ 512 milhões em 2010, representando, neste último ano, 0,2% do PIB do RS. Considerando a população do Estado de 10.695 mil (Censo 2010) e uma média de três pessoas por domicílio, tem-se que 12,5% desse total são beneficiárias do PBF. No País, estima-se que cerca de 50 milhões de pessoas (26% do total) sejam atendidas pelo Programa, a maior parcela delas na Região Nordeste, onde se encontram aquelas em situações mais vulneráveis.

Número de famílias beneficiadas e valor acumulado anual das transferências do Programa Bolsa Família para o Brasil e para o Rio Grande do Sul — 2004/11

ANOS	BRASIL		RS		RS/BR (%)	
	Famílias Beneficiadas	Valor ao Ano (R\$ 1 000)	Famílias Beneficiadas	Valor ao Ano (R\$ 1 000)	Famílias Beneficiadas	Valor ao Ano
2004	6 571 842	9 829 015	290 663	376 029	4,42	3,83
2005	8 700 451	10 727 467	348 138	436 571	4,58	4,07
2006	10 965 810	11 663 763	436 169	450 484	3,98	3,86
2007	10 891 898	12 299 313	410 540	448 145	3,77	3,64
2008	10 491 827	12 913 040	363 469	435 647	3,46	3,37
2009	12 370 915	13 857 517	462 966	473 352	3,74	3,42
2010	12 778 220	15 224 431	453 761	512 869	3,55	3,37
2011(1)	12 944 676	3 702 089	444 983	122 715	3,44	3,31

FONTE: Portal da Transparência: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IPCA médio a preços de abr./11.

(1) Dados até março.

Isabel Rückert (FEE/CEES)

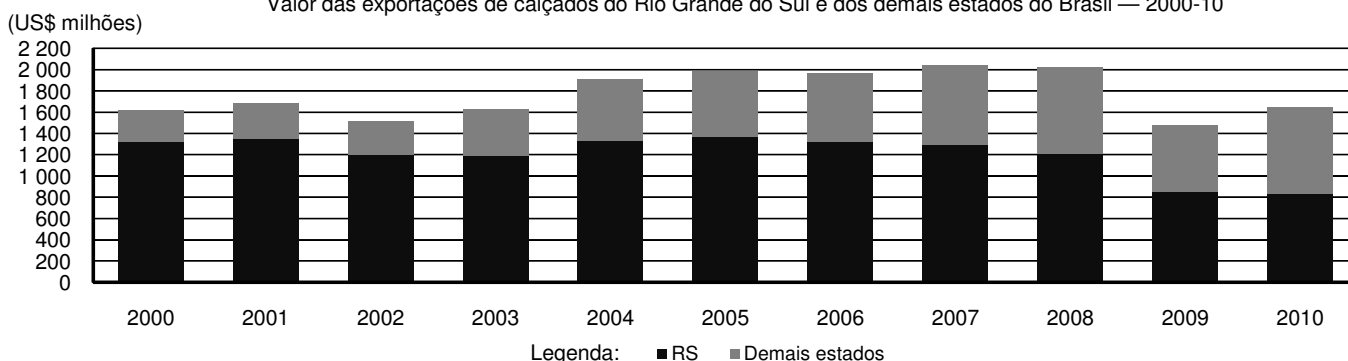
### O declínio do setor calçadista gaúcho

Segundo a Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE, o setor calçadista gaúcho representava, em 2000, 10,6% do valor da transformação industrial do Estado. Em 2008, essa participação caiu para 5,6%. A redução do tamanho do setor seguiu-se à queda nas exportações. Os Estados Unidos sempre foram o principal comprador dos calçados gaúchos. Ao longo dos anos, entretanto, o menor preço do calçado chinês fez com que as vendas do Estado para aquele mercado caíssem significativamente. De US\$ 931,7 milhões em 2000, as exportações do RS para os EUA caíram para US\$ 181,0 milhões em 2010. À perda de competitividade em função dos menores custos de mão de obra dos chineses somaram-se as decorrentes da valorização cambial. Entre 2003 e 2010, a taxa

de câmbio real/dólar caiu 42,8%; no mesmo período, o valor das exportações gaúchas de calçados reduziu 29,8%.

Parte das perdas com o mercado norte-americano foi compensada pelo aumento das exportações para outros mercados, notadamente União Europeia e Mercosul. Em 2010, esses dois mercados já respondiam por 56,4% das vendas do Estado. Outra providência adotada pelos empresários foi transferir a produção — total ou parcialmente — para estados da Região Nordeste, de mão de obra mais barata. O resultado foi a perda de participação do Rio Grande do Sul na produção (de 56,8% 2000 para 33,5% em 2008) e nas exportações nacionais (de 81,1% em 2000 para 50,6% em 2010).

Valor das exportações de calçados do Rio Grande do Sul e dos demais estados do Brasil — 2000-10



FONTE: MDIC.

Martinho Lazzari (FEE/CIE)

## Censo Demográfico confirma envelhecimento da população

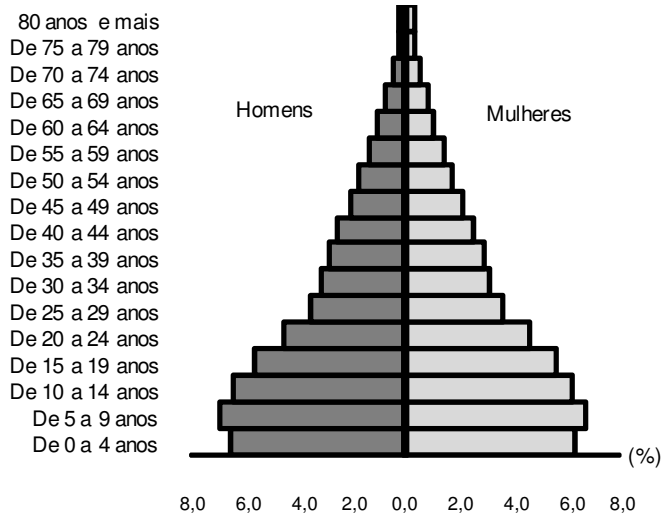
De acordo com os dados da **Sinopse do Censo Demográfico 2010**, o processo de envelhecimento continua na população gaúcha. Nesse processo, destaca-se a mudança na estrutura etária, o que acarreta uma ampliação do peso relativo da população acima de determinada idade, considerada como definidora do início da velhice. De fato, a comparação entre as pirâmides etárias do Rio Grande do Sul, nos anos de 1970 e 2010, indica que há uma participação menor de crianças e jovens e uma proporção crescente de adultos e idosos. Essa mudança na estrutura etária é decorrência, principalmente, da queda da fecundidade, que iniciou em torno dos anos 70. Em uma escala menor, o aumento da expectativa de vida também afeta o grau de envelhecimento. A pirâmide etária, que, notadamente, tem a sua base estreitada e sua parte superior ampliada no período considerado, está, conseqüentemente, perdendo a forma tradicional de pirâmide e assumindo um formato mais retangular.

No período 1970-2010, a população do RS de 60 anos e mais aumentou em mais de um milhão de pessoas, passando de 384.502 para 1.459.597, sendo a participação relativa de 5,5% e 13,6%, respectivamente, nos dois períodos. O RS possui o maior percentual de pessoas de 65 anos ou mais (9,3%) entre os estados brasileiros. Esse percentual aumentou bastante nas últimas décadas, pois era de apenas 3,7% em 1970, representando, atualmente, um total de 994.613 pessoas. O número de pessoas que ultrapassou o octogésimo aniversá-

rio também é significativo: 201.901 pessoas, quase 2% da população gaúcha, sendo que o número de mulheres é praticamente o dobro do número de homens nessa faixa etária: há 50,5 homens para cada 100 mulheres. Em relação aos 1.039 gaúchos com idade de 100 anos ou mais, cerca de 75,0% são mulheres. Entretanto o maior desequilíbrio entre os sexos, com a predominância do número de mulheres, começa a partir da faixa etária de 25 a 29 anos, devido, principalmente, às mortes por causas violentas que ocorrem entre os homens jovens. Antes dessa faixa etária, há um leve domínio de pessoas do sexo masculino, atingindo o valor máximo de 104 homens para cada 100 mulheres na faixa etária de 5 a 9 anos.

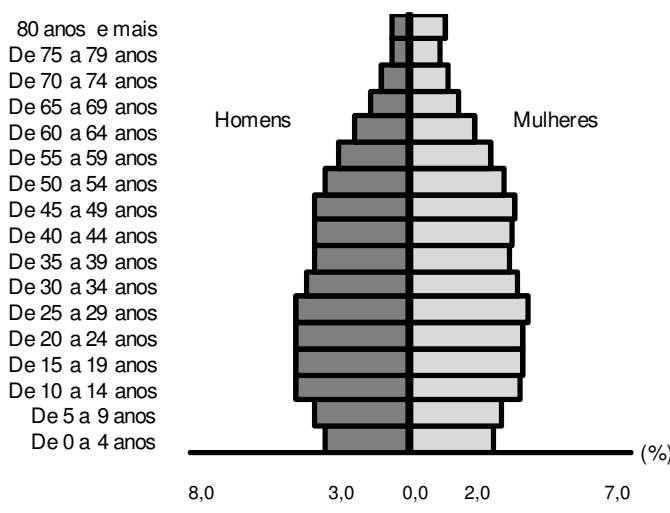
Outro indicador que, tradicionalmente, demonstra o envelhecimento populacional é a razão de dependência dos idosos, que relaciona a população idosa (60 anos e mais) e aquela potencialmente ativa (de 15 a 59 anos). Em 1970, havia, no Estado, 10,5 idosos para cada 100 pessoas potencialmente ativas, aumentando para 20,8 em 2010. Por outro lado, a razão de dependência dos jovens (população menor de 15 anos) caiu de 70,8 em 1970 para 31,8 pessoas menores de 15 anos para cada 100 potencialmente ativas em 2010. O Estado ainda está aproveitando o chamado bônus demográfico, fenômeno caracterizado pelo fato de a força de trabalho ser muito maior que a população dependente. Esse momento favorável não deve se estender por muitas décadas mais.

Distribuição etária da população do Rio Grande do Sul — 1970



FONTE: IBGE.

Distribuição etária da população do Rio Grande do Sul — 2010



FONTE: IBGE.

Marilene Dias Bandeira (FEE/CIE)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 27.05.11).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.

Tiragem: 250 exemplares.



Fundação de  
Economia e  
Estatística

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti  
Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer  
Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

**Conselho Editorial da Carta:** André Luis Contri (Editor-chefe), André Luis Forti Scherer, Cecília Rutkoski Hoff, Fernando Maccari Lara, Renato Antônio Dal Maso e Roberto da Silva Wiltgen.

**Núcleo de Dados:** Rafael Bernardini Santos (coordenação) e Ana Maria de Oliveira Feijó.

**Editoração:** Susana Kerschner e Maria Inácia Flôr Reinaldo (revisão), Rejane Maria Bondanza Lopes e Ezequiel Dias de Oliveira (diagramação).

**Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser**

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre  
CEP 90010-283  
E-mail: conjuntura@fee.tche.br  
www.fee.rs.gov.br